



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação oral

Como a Polytex perdeu o recurso no TUI, o Governo retomou o lote P do *Pearl Horizon* e apresentou uma proposta de solução, isto é, os pequenos proprietários vão poder comprar habitação temporária no âmbito da renovação urbana. Mas esta proposta realça que tais fracções são habitações públicas, sem haver rumo para o planeamento da construção.

Os pequenos proprietários que compraram habitação legalmente são os mais prejudicados neste caso, pois têm de continuar a sentir grande pressão, não só por causa das prestações bancárias, mas também pelo receio de não conseguirem ter o seu dinheiro de volta em caso de falência da empresa. Mais, vão ter de comprar habitação temporária de natureza pública a preços de mercado, portanto, se nos pusermos no seu lugar, é compreensível que se sintam impotentes e indignados. Nos últimos dias, os pequenos proprietários ficaram zangados, criticaram a proposta de solução do Governo e mostraram a sua forte insatisfação, esperando que os deputados levantem a voz por eles.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Antes de avançar com a proposta de habitação temporária, o Governo dialogou com os pequenos proprietários do *Pearl Horizon*? Quais são as diferenças entre a habitação temporária de natureza pública e a actual habitação pública, ou seja, a habitação social e económica? Face à forte



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

oposição da maioria dos pequenos proprietários, o Governo tem ainda outras propostas alternativas?

2. Em 2015, as autoridades afirmaram que, após a recuperação do terreno, iam avançar com um novo concurso público para garantir os direitos e interesses dos pequenos proprietários. Mas revelaram, há dias, que faltava uma base jurídica para estabelecer condições no concurso e garantir que as fracções sejam vendidas a determinadas pessoas por determinados preços. Porquê essa diferença de entendimento das autoridades? Vão dar esclarecimentos detalhados sobre as leis que afectam o estabelecimento de condições?

3. Após a decisão do TUI, o promotor ainda não apresentou nenhuma proposta de solução, portanto, agravou-se o risco de pedido de indemnização por parte dos pequenos proprietários. Para além de divulgarem uma linha aberta para apoio jurídico, as autoridades têm ainda outras medidas mais activas e eficazes nesta matéria, para ajudar os pequenos proprietários das 3020 fracções?

30 de Maio de 2018

**A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,**

Si Ka Lon